

Como produzir energia com a cabeça

FERNANDO GABEIRA

Estamos sentados numa gigantesca usina de energia. Ela pode ser ativada por nossos neurônios. Tem enormes vantagens sobre as usinas existentes e as que estão sendo construídas. A primeira vantagem é produzir energia imediatamente. A segunda é realizá-lo com um custo ambiental zero.

O nome dessa usina é conservação e o povo brasileiro, espontaneamente, já produziu cerca de 8 mil MW, economizando energia a partir do momento em que se anunciou a crise com a hipótese de blecaute.

Qual o segredo desse milagre? O mesmo que moveu a conservação na Califórnia, após a crise do petróleo em 73. O passo inicial é administrar o consumo, apagando luzes desnecessárias, desligando aparelhos ociosos, enfim realizar um trabalho de economia, que permita manter o mesmo nível de vida, gastando menos.

Mas isso não basta. Tanto nas residências como nas empresas, algumas inovações tecnológicas são necessárias. Ainda dentro de seu movimento espontâneo, o povo adotou medidas nesse sentido, esgotando o estoque inicial de lâmpadas compactas fluorescentes.

O povo ajudou o governo. Está na hora do governo ajudar o povo, ao invés de intimidá-lo. É preciso lançar as bases de uma política nacional de conservação de energia que possa ampliar o movimento espontâneo, aumentando em alguns milhares de megawatts a generosidade popular.

Na década dos 70, nos Estados Unidos, houve hesitação em adotar uma política desse tipo. O argumento era de que, com o aumento do preço da energia, o próprio mercado cuidaria de equilibrar as coisas, de modo que o consumo caísse e inovações tecnológicas fossem viabilizadas.

Acontece que em mercados tão descentralizados, como o da construção de casas por exemplo, o nível de informação heterogêneo dos milhares de agentes esvazia essa cândida expectativa liberal. O Departamento de Construção e Desenvolvimento Urbano foi forçado a produzir novas regras para a construção de residências e edifícios.

Claro que empresas dinâmicas como a IBM fizeram seu próprio projeto de conservação. No caso dela, por exemplo, em apenas três anos foram economizados US\$ 90 milhões. A Parker, com uma inovação tecnológica de apenas US\$ 50 mil, economizou US\$ 1,2 milhão num ano.

Nada disso isenta o governo de desenvolver políticas específicas, como por exemplo a de *retrofitting*. É uma expressão da era espacial que tem mais ou menos três décadas, e significa a melhoria de sistemas complexos através da inserção de melhores componentes.

É preciso aprender com o povo e ver a conservação como uma fonte de energia alternativa

Esse setor industrial já existe no Brasil e merece uma atenção especial. Considero um *retrofit*, para efeito de estímulo, a simples instalação de sistema de captação solar numa residência, para poupar energia. Mas o processo é muito mais complexo, atingindo sobretudo no caso do Rio uma revisão dos aparelhos domésticos, principalmente os de ar-condicionado.

Uma política de estímulo ao *retrofit* poderia ser inaugurada no Rio de Janeiro, através de reduções do IPTU para residências que passassem por esse processo, ou mesmo redução de impostos municipais que incidam sobre essa atividade. Uma comprovada redução no consumo de energia mereceria uma redução nos impostos.

Imagino que o prefeito Cesar Maia, lendo este texto, tenha calafrios. Na verdade, a idéia não é reduzir a receita da cidade. Pelo contrário, o movimento que o Rio estimular certamente lhe traria ganhos por outros caminhos, inclusive uma intensa renovação de prédios antigos, como se projeta agora para o cais do porto.

Por sua importância mundial e a relativa hesitação do governo de Brasília, o Rio precisa assumir seu papel na ecologização da economia e da sociedade brasileiras. O dinheiro que se emprega na construção de uma usina poderia ser usado para financiar a energia solar nas residências, para estimular o *retrofit* em empresas e edifícios comerciais.

É preciso ver a conservação como uma fonte de energia alternativa. E simplesmente aprender com o povo, ampliando o desdobramento de sua escolha por poupar energia, a única saída sensata na crise em que o governo jogou o país.

Há casos em que o governo atrapalha, como o da instalação da energia eólica. Segundo um dirigente da Ecowind, o mercado internacional oferece dinheiro para essa atividade a um juro de 4%. Ao entrar no país, os juros desse dinheiro europeu sobem para 25%. Enfim, uma política de tudo para o gás, nada para o vento.

No que diz respeito à conservação, o governo não chegou a atrapalhar. Mas, por outro lado, não acionou a política necessária, revelando que as massas continuam esperando que a elite esteja à altura dos desafios gigantescos dessa crise energética, no fundo uma crise ecológica que nos obrigará a repensar o papel estratégico da água, num país que depende muito mais dela do que imagina.

Fernando Gabeira é deputado federal (PV-RJ)

Documentação

SOCIOAMBIENTAL JB (opinião)

Fonte

Data 5/16/2001 Pg 9

Class. 109